



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PDL 0132/2020

O Prerrogativas foi criando há cerca de cinco anos, como um grupo fechado no WhatsApp, primeiro para defender as prerrogativas profissionais dos advogados, sistematicamente, violadas no Brasil da Lava Jato. Prerrogativas, diga-se, não se confundem com privilégios. Aquelas são as garantias previstas em lei para que advogados possam representar e defender os interesses de seus clientes sem restrições.

Posso dizer que o grupo nasceu da indignação, alimentou-se com a troca de ideias e cresceu com o propósito de apresentar contrapontos e fazer um registro histórico desse momento da vida brasileira.

O grupo poderia oferecer, com neurônios de sobra, cabeças para ocupar qualquer cargo na estrutura do sistema de Justiça no Brasil. Qualquer um. Reunimos constitucionalistas brilhantes, ministros de Estado, defensores públicos, tribunos, estudantes, ativistas apaixonados, criminalistas e representantes de todas as entidades profissionais mais importantes do Direito. Formações, experiências e pensamentos diferentes com um valor comum: a democracia com justiça social.

Quase 25% são professores em instituições de ensino superior, que lecionam em mais de 60 instituições no Brasil e exterior. Além disso, nossos membros fazem parte de mais de 70 entidades de classe, associações, institutos e conselhos no Brasil e fora do país.

Nesses tempos em que o ato de pensar é tratado com tanta hostilidade, acabamos, corajosamente, preenchendo um vazio, distribuindo teses, artigos, ideias; promovendo debates e confrontos sustentados com referências tiradas de letras do Funk, da música popular, ou de filósofos citados no original - aliás, filosofar em alemão no WhatsApp só pode ser um motivo de orgulho, convenhamos que vergonha é distribuir fakes.

No grupo não houve um desmando, um desatino oficial que tenha passado despercebido. Provavelmente, não deixamos escapar um só caso de afronta à democracia. Nossas listas em resposta a casos graves de violação de direitos chegaram a reunir milhares de assinaturas, viraram notícia e constrangeram a prepotência.

Neste momento difícil - de exceção - para a advocacia, os democratas, o campo progressista, as esquerdas, conto com os votos dos nobres colegas para aprovarmos este importante Decreto.

Publicado no Diário Oficial da Cidade em 11/03/2020, p. 105

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br